



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

17/09/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Paulo Paim alerta pra mudança lesiva no INSS

Querem privatizar tudo, até o INSS. É o que explicita o Projeto de Lei 3.914/2020, oriundo da Câmara dos Deputados, que altera regras relativas ao pagamento dos peritos nas ações em que o INSS seja parte. O alerta é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Hoje, o Poder Executivo arca com os honorários da perícia médica por processo. Mas o PL busca impor ao segurado a obrigação de pagar, a partir de janeiro, de forma antecipada os honorários dos peritos. Matéria chega ao Senado. Paim apresenta Emenda Substitutiva Global.

“O Poder Executivo pagará os honorários das perícias realizadas até o fim de 2022. A partir de 2023, o Executivo fica obrigado a pagar uma perícia por processo judicial. De forma excepcional, instâncias superiores do Judiciário poderão realizar outra perícia médica.

Suprime a revogação de dispositivo que trata do processamento dos litígios relativos a acidentes de trabalho, de modo a assegurar a continuidade de sua tramitação na esfera administrativa, pelos órgãos da Previdência, segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações, com prioridade para conclusão; na via judicial, pela Justiça dos Estados e do DF, segundo o rito sumaríssimo.

Exclui-se a exigência, na petição inicial, da descrição clara da doença e das limitações que ela impõe e das possíveis inconsistências da avaliação médico-pericial discutida, posto que tais matérias devem ser objeto de prova a ser apresentada, tempestivamente, mediante perícia, e não por meio de prova pré-constituída. Pagar uma perícia por processo judicial.

De forma excepcional, instâncias superiores do Poder Judiciário poderão realizar outra perícia médica”.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 17 de setembro.

Aumenta pessimismo do brasileiro com situação financeira, aponta Febraban

Em meio às incertezas quanto ao quadro econômico e político do Brasil nos próximos meses, a reabertura da economia provocada pela vacinação não tem sido suficiente para animar os brasileiros quanto às perspectivas de crescimento da economia no curto prazo. Com relação à própria situação financeira, o pessimismo aumentou.

Segundo a terceira edição da pesquisa trimestral Radar Febraban de evolução da expectativa econômica dos brasileiros, cerca de dois terços dos entrevistados disseram esperar por sinais mais consistentes de melhoria da economia somente a partir do ano que vem, em linha com os resultados extraídos em junho.

O resultado representa uma ligeira deterioração na percepção dos entrevistados —em junho, foram 52% os que disseram não ver perspectivas de melhorias em sua situação. Apenas 18% responderam ter a expectativa de melhorar a situação financeira neste ano, queda de cinco pontos percentuais em relação a junho.

O aumento do desemprego e a queda do poder de compra, bem como a elevação da inflação, do custo de vida e da taxa de juros aparecem como as principais preocupações no radar dos entrevistados.

“Mesmo com a expectativa de retomada econômica em 2022, predomina a percepção de que alguns dos principais aspectos no campo da economia irão piorar nos próximos seis meses”, aponta o relatório da federação dos bancos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de setembro.

Reforma do IR deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, diz estudo

Do jeito que está hoje, o texto da reforma do Imposto de Renda deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, segundo estudo exclusivo do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades), da USP.

Na noite do último dia 1º, a Câmara aprovou o texto-base do projeto de lei que muda as regras do Imposto de Renda, após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ter chegado a um acordo com a oposição. A reforma agora segue para o Senado.

"Há opiniões diversas no Senado em relação a esse tema [reforma do IR], não podemos ter precipitação quanto a isso. O projeto veio da Câmara, nós vamos ter que avaliá-lo. Ele já foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Otto Alencar [PSD-BA], presidente da CAE, já vai se inteirar a respeito do projeto [...] Vamos avaliar essa questão tributária de maneira ampla", disse após reunião com líderes partidários.

Nos moldes atuais, o Imposto de Renda para pessoas físicas é responsável por reduzir em 2,51% a desigualdade na renda. Caso o texto atual seja aprovado no Senado, esse efeito passaria a ser de 2,71%, ou seja, uma melhora de somente 0,2 ponto percentual na progressividade do sistema.

O texto atual prevê, entre outras mudanças, o corte da alíquota-base de 15% para 8% do IRPJ (o governo queria redução para 12,5% em 2022 e 10% em 2023), além de corte da CSLL em até 1 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%).

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de setembro.**

Governo prevê mais inflação, e conta deve estrangular o orçamento de 2022

O Ministério da Economia revisou nesta quinta-feira (16) a projeção oficial para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no encerramento de 2021 de 6,2% para 8,4%. A piora no indicador pressiona o teto de gastos, que limita as despesas do governo, e deve provocar um estrangulamento nas contas de 2022.

O relatório da pasta manteve a estimativa para o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano em uma alta de 5,3%.

Para formular o projeto de Orçamento do próximo ano, enviado ao Congresso no fim de agosto, o governo estimou que INPC seria de 6,2% em 2021. A projeção era considerada defasada por integrantes do Ministério da Economia e também pelo mercado, que já esperava um resultado mais elevado, superior a 8%.

Para cada 0,1 ponto percentual adicional de INPC, o governo estima que seus gastos seriam ampliados em R\$ 790 milhões no ano. Isso porque despesas públicas, como aposentadorias e pensões, são corrigidas pela inflação.

O problema é que Orçamento do ano que vem foi elaborado ocupando todo o espaço do teto de gastos. Por isso, aumentos na projeção de despesas precisam ser compensados com cortes em outras áreas.

O aperto nas contas foi impulsionado pela explosão da conta de precatórios —dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso. Esse gasto saltou de R\$ 54 bilhões neste ano para R\$ 89 bilhões em 2022.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de setembro.**